

Missionários condenam a política fronteiriça



Índio no seu habitat amazônico

A assinatura da Zona de Livre Comércio de Tabatinga e a assinatura da redução pela metade da área memorial que ainda restava aos Ticuna, alguns dias após o massacre brutal por madeireiros de três índios Korubo na mesma região, registram com chave diabólica o fim de uma das mais desastrosas medidas para os índios da Amazônia, na interpretação do Cimi (Conselho Indigenista Missionário Região Norte I, que em nota na qual diz que: "Vamos reduzir os índios do Brasil em 20 anos para apenas 30.000", assevera: "O que parecia apenas uma ameaça verbal de um ministro do governo Geisel, Samey está conseguindo realizar com seus audaciosos projetos na fronteira norte do país. Cada uma de suas frequentes e estranhas visitas à região transformou-se em pesadelo para os povos indígenas da região.

Foi após uma dessas suas visitas que na burocracia de Brasília, às escondidas, começou a burilar o Projeto Calha Norte. Foi assim que iniciou o PROFAO. A nova política rodoviária começou com a visita de Sarney a Manaus, sempre ausente o povo regional, mas muito bem participada por empresários com muitos interesses alienígenas e antipatrióticos. Foi finalmente assim, que nasceu o mais recente pesadelo para as populações do Alto Solimões.

O Projeto Calha Norte foi empurrado pela goela do povo brasileiro como se se tratasse de um projeto visando a defesa das fronteiras e das populações indígenas. Executores a Funai e o Exército. Quase simultaneamente ao início de sua implantação, foram expulsos da região as eventuais testemunhas críticas do projeto, ao mesmo tempo em que no Alto Rio Negro começaram a penetrar oficialmente empresas de mineração como a Parapanema e a Goldamazon e a área indígena Yanomami foi invadida por garimpeiros sem providência alguma da FUNAI e Forças Armadas.

Os índios começam a ser acudados por toda a região do Projeto Calha Norte. Desde o Alto Solimões onde 14 Ticuna foram barbaramente assassinados, até os confins do Oiapoque.

O Projeto Calha Norte, para sua mais eficiente execução, ressuscita velhas técnicas pombalinas e coloniais como a redução do espaço dos índios ao pátio da aldeia, as "colônias indígenas", a introdução em seus territórios de uma nova estrutura política com a criação de vilas (no caso de Roraima) e de municípios (no caso do Alto Rio Negro e Alto Solimões), verdadeiros "Cavalos de Tróia" em cujo bojo estão aninhados as empresas de mineração com as suas máquinas saqueadoras, com seus técnicos armados de sedutores argumentos e com as suas milícias bem equipadas para reprimir qualquer movimento de resistência. Tudo isto como um "Circo Sedutor" vai desmantelando o território e o patrimônio dos índios da região, e como um moinho, triturando a sua cultura. Assim ao invés da defesa e proteção das terras indígenas, a Funai e as Forças Armadas estão promovendo o mais audacioso e eficiente programa de transformação cultural e ambiental, realizando os sonhos de vários ministros militares, a saber, a passagem rápida dos índios, de sua cultura e tradições para o mundo "civilizado", passando pela depredação do seu meio ambiente, visando submetê-los ao mundo dos enlatados.

Quando a um ano começou a se esboçar a nível nacional e internacional um movimento de resistência, com fortes argumentos ambientais, o governo Samey começou, na burocracia de Brasília, a elaborar uma pretensa política ambiental, o projeto "Nossa Natureza". Em verdade esse projeto não tem seriedade, pois visa apenas tapar a opinião pública, evitando que ponha obstáculos ao desenvolvimento predatório que implantou na região.

Igualmente predatória é a política energética que vem ameaçando a sobrevivência de muitas comunidades indígenas e regionais, como já ocorreu com a formação do lago de Balbina.

As aldeias Waimiri-Atroari do Taquari e do Popupuná juntamente com toda a população do rio Uatumã à jusante da Barragem da Usina Hidroelétrica de Balbina são exemplos contundentes de como os projetos energéticos do governo na Amazônia se constituem numa ameaça à sobrevivência das populações regionais.

1. Principais violências praticadas contra os índios da Amazônia durante o governo Samey

a) No final de abril de 1985, logo no início do governo Samey, são assassinados a esposa e um filho do cacique Apuriná, Agostinho dos Santos, na área indígena Cañitu no município de Lábrea. Alguns dias depois também morre assassinada a missionária Agostiniana Ir. Cleusa. Os assassinatos foram decorrentes das invasões da área indígena para extração da castanha. Os responsáveis continuam impunes.

b) A violência contra os Yanomami adquiriu proporções inusitadas. Com a colaboração do então presidente da Funai Romero Jucá Filho, atual governador de Roraima, milhares de garimpeiros tomaram de assalto a área indígena Yanomami em agosto de 1987 deixando já no primeiro confronto um saldo de 04 índios mortos. A partir dessa data a violência contra os índios Yanomami só tem aumentado, como atestam os registros, quase que diários, da imprensa de todo país. Não se tem dados exatos sobre o número de índios Yanomami mortos até o momento, mas seguramente ultrapassam os 100.

Apesar das inúmeras solicitações feitas ao governo Samey a nível nacional e internacional e da própria decisão da Justiça para que o problema fosse solucionado com a retirada dos garimpeiros ilegalmente instalados na área indígena, nenhuma providência foi tomada.

c) Seis índios do povo Maimã, ainda isolado, são assassinados em julho de 1986 na região do médio Rio Puni. As mortes aconteceram em circunstâncias ainda misteriosas. Quatro filhos das vítimas foram distribuídos entre as famílias dos ribeirinhos.

d) No mês de junho de 1987, 60 policiais civis, militares e do Exército invadem a maloca Santa Cruz dos índios Macuxi em Roraima e espancam homens, mulheres e crianças, prendem 19 índios sob a acusação de manterem em cárcere privado jagunços do fazendeiro Newton Tavares.

e) Em março de 1988, 14 Ticuna são mortos e 21 feridos no igarapé Capacete, na região do Alto Solimões. O massacre foi planejado pelo madeireiro Oscar Castelo Branco e executado por seus asseclas. O processo se arrasta na justiça, sem previsão para o julgamento dos assassinos.

f) O ano de 1989 se inicia com a prisão dos índios Macuxi da maloca do Miang acusados de invadirem a fazenda de Francisca Ribeiro Paz. Cinco casas foram queimadas pela Polícia Civil.

g) O 5º Pelotão Especial de Fronteira no mês de julho/89 intervém na Assembleia Indígena de Iauaretê, retira convidados dos índios e tenta impedir a manifestação dos índios contra as Colônias Indígenas.

h) Três índios Korubo, isolados, na região do Vale do Javari no Alto Solimões, são mortos no mês de setembro/89 por um grupo armado de 15 madeireiros e pescadores, numa expedição de caça aos índios, muito semelhante às "correrias" do século passado.

É importante salientar que nenhum dos responsáveis pelos crimes praticados contra os índios nos Estados do Amazonas e Roraima foi punido durante o governo Samey. A certeza da impunidade dos assassinos serve claramente com estímulo à violência contra os índios por parte daqueles (mineradoras, madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, projetos governamentais) que têm interesse em se apropriar de suas terras e riquezas.

2. Demarcação de terras indígenas: o roubo é descarado

A política indigenista do governo Samey foi marcada

Área Indígena	Forma de Demarcação	Terra Indígena por Direito/ha	Terra indígena demarcada/ha	%	Terra Indígena reduzida/ha	%	Estado
Pari-Cachoeira	Colônia Indígena de Pari-Cachoeira I, II, III	1.152.000	480.000	41,6	672.000	58,4	AM
Yanomami	19 área Yanomami	7.751.945	2.435.215	31,4	5.316.730	68,6	RR
Iauaretê	Colônia Indígena de Iauaretê I e II	990.000	397.500	40,15	592.500	59,85	AM
Taracua, Içana e Içana Xié	Colônia indígena de Taracua I e II, Colônia Indígena Içana Alari e Médio Içana, Colônia Indígena Içana R. Negro e Içana Xié	3.042.000	1.132.300	37,2	1.909.700	62,8	AM
Évare I (Ticuna)	Área Indígena Évare I	596.000	313.125	53,00	282.875	47,0	AM
Évare II (Ticuna)	Área Indígena Évare II	165.000	93.950	57,0	71.050	43,0	AM
Total		13.696.945	4.852.090	35,42	8.844.855	64	

O total das terras roubadas aos índios chega a soma assombrosa de 8.844.855 ha, que foram demarcadas como Florestas Nacionais com a clara intenção de viabilizar a exploração mineral nessas áreas sem que, para isso, as empresas precisem submeter seus pedidos à aprovação do Congresso Nacional.

Por outro lado, os militares também removem um incombustível obstáculo para realizarem, sem transtornos e cobranças da sociedade civil, suas operações nas áreas indígenas da faixa de fronteira e aliviam sua paranoia quanto a formação de Estados Indígenas dentro do Brasil como acena o projeto Calha Norte.

3. As organizações indígenas resistem conscientemente

As violências cada vez mais frequentes, o assalto ao patrimônio indígena por mineradoras, madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, grandes projetos e pelo próprio governo federal através da redução das terras, levaram os povos indígenas na Amazônia a fortalecerem suas organizações nas bases e a se articularem entre si e com a sociedade civil brasileira organizada. Inúmeras mobilizações indígenas aconteceram durante o governo Samey, sendo que duas merecem especial destaque: A participação no processo constituinte onde os índios conseguiram garantir seus direitos fundamentais; e o movimento de solidariedade aos Yanomami que reuniu 76 povos indígenas de todo país em Brasília no mês de setembro desse ano.

A mais forte resistência indígena à política integracionista, no entanto, se fez sentir nas próprias áreas,

da pela intervenção e pelo autoritarismo dos militares que no seu "afã patriótico capitalista", se mostram insensíveis a diversidade cultural dos povos indígenas. Continuaram, por isso, insistindo na velha tecla da integração dos índios, desconhecendo totalmente a nova Constituição e revelando uma vez mais sua visão etnocêntrica-preconceituosa, assim expressa pelo ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves: "As culturas indígenas são muito baixas" e por isso "não são respeitáveis... venia com bons olhos integrais ao país, tornando-os brasileiros".

No trabalho para alcançar o objetivo da integração, a Funai, sob a orientação militar, mostrou-se surpreendentemente eficiente. Respalçada nos decretos inconstitucionais e imorais n.º 94.945 e 94.946 de 1987 do presidente Samey, passou a executar o plano sórdido idealizado nas casernas militares de reduzir drasticamente as terras e investir na descaracterização cultural dos povos indígenas.

A fórmula mágica encontrada para resguardar os interesses militares e do grande capital diante da ameaça dos direitos indígenas, na Amazônia, chama-se Colônia Indígena.

É desnecessário afirmar que são os povos indígenas e o meio ambiente os grandes prejudicados nessa trama diabólica só possível de ser imaginada por uma mente doentia contaminada pelo vírus da lei do mais forte. E é mais forte quem tem as armas e o dinheiro.

A política integracionista do governo Samey, na obstinada determinação de alcançar os seus objetivos, não teve escrúpulos ao reduzir as terras indígenas localizadas na faixa de fronteira em mais de 60%, de cooptar lideranças indígenas quando necessário, de investir conscientemente na morte cultural (etnocídio) e até de assistir passivamente a agonia de um povo como o Yanomami só por que isso era conveniente para os interesses militares e econômicos na região.

O quadro abaixo mostra os números da redução das terras indígenas localizadas na fronteira nos Estados do Amazonas e Roraima durante o governo Samey:

onde as organizações através de suas assembleias decidiam como agir frente às agressões que vinham sofrendo. As assembleias sempre foram momentos fortes de afirmação étnica, de reafirmação de seus direitos, de informação e de unidade das comunidades indígenas em torno de suas reivindicações básicas.

A determinação dos povos indígenas, através de suas organizações, de não aceitarem a demarcação de Colônias e muito menos a redução de suas terras em troca de promessas do projeto Calha Norte, levou o governo a investir na cooptação de lideranças para avalizar suas propostas demagógicas. Essa prática gerou tensões no seio das comunidades indígenas, ainda não resolvidas totalmente.

A resistência indígena no rio Negro, em Roraima, no Acre, no Alto Solimões levou o governo a suspender a demarcação física das colônias nessas regiões determinadas pelas Portarias Interministeriais.

Em abril de 1989 foi criada a Coiab (Comissão Permanente das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) com a finalidade de ser o elo de ligação entre as diversas organizações indígenas da Amazônia e de articuladora das lutas indígenas na região. É a forma que os índios encontraram para a unidade de seu movimento e o fortalecimento de suas organizações.

A resistência organizada e consciente dos povos indígenas e suas alianças com os setores da sociedade brasileira tem mostrado que é possível reverter o processo histórico de extinção desses povos. Basta não somente um povo organizado, mas também a vontade política dos nossos governantes.